



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE ALAGOAS
REITORIA**

**PROCESSO Nº 23041.004053/2016-94 (Licitação)
PROCESSO Nº 23041.022703/2016-83 (Execução Contratual)
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 04/2016
UASG Nº 158147**

PUBLICADO DOU
nº 186, de 27 / 09 / 16
Pág. 41, Seção 3

**TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE
SERVIÇOS Nº 41/2016 QUE FAZEM ENTRE SI O
INSTITUTO FEDERAL DE ALAGOAS –
REITORIA E SEUS ANEXOS E A EMPRESA BRA
SERVICOS TECNICOS EIRELI.**

O **INSTITUTO FEDERAL DE ALAGOAS – REITORIA**, com sede na Rua Doutor Odilon Vasconcelos, nº 103, Jatiúca, Maceió, Alagoas, CEP 57036-660, inscrito no CNPJ de nº 10.825.373/0001-55, neste ato representado pelo seu Magnífico Reitor, Sr. Sérgio Teixeira Costa, nomeado pelo Decreto de 22 de abril de 2015, publicado no DOU de 23 de abril de 2015, inscrito no CPF nº 140.341.074-71, portador da Carteira de Identidade nº 300.506, SSP/AL, doravante denominado **CONTRATANTE**, e a empresa **BRA SERVICOS TECNICOS EIRELI**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 08.328.682/0001-78, sediada na Rua Eurico Acyole Wanderley, nº 09, Sala A, Gruta de Lourdes, Maceió, Alagoas, CEP 57052-895, doravante designada **CONTRATADA**, neste ato representada pelo Senhor Paulo Marne Cavalcanti Lima, portador da Carteira de Identidade nº 1703856, SSP/AL e CPF nº 010.334.644-90, tendo em vista o que consta no Processo de Execução Contratual nº 23041.022703/2016-83 e Processo Licitatório nº 23041.004053/2016-94 e em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, da Lei nº 9.632, de 7 de maio de 1998, da Lei Complementar nº 123/2006, do Decreto nº 2.271, de 7 de julho de 1997, do Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005, da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 30 de abril de 2008 e da Portaria SLTI/MPOG nº 7, de 13 de abril de 2015 suas alterações, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico nº 04/2016, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de empresa especializada para prestação de **serviços de limpeza e conservação para a Reitoria e seus Anexos** do Instituto Federal de Alagoas, que serão prestados nas condições estabelecidas no Termo de Referência, anexo do Edital.

1.2. Este Contrato vincula-se ao Edital do Pregão identificado no preâmbulo e à proposta vencedora,
1/24

(Assinaturas manuscritas)



independentemente de transcrição.

1.3. Especificações do objeto da contratação:

LOTE	ITEM	SERVIÇO	QUANT. POSTOS	HORÁRIO /PERÍODO	CARGA HORÁRIA	VALOR ANUAL
01	01	Serviço de limpeza e conservação para o IFAL – REITORIA e seus ANEXOS, compreendendo as Áreas Físicas e os Postos de Serviço constantes do item 5.1 do Termo de Referência.	09	A ser definido na Ordem de Serviço	44 horas semanais	R\$ 244.252,62

1.4. Os serviços serão executados no(s) seguinte(s) endereço(s):

1.4.1. Reitoria: Rua Doutor Odilon Vasconcelos, nº 103, Jatiúca, Maceió, Alagoas, CEP 57036-660;

1.4.2. Reitoria – Anexo I (Almoxarifado, Patrimônio e Arquivo): Avenida Júlio Marques Luz, nº 222, Jatiúca, Maceió, Alagoas, CEP 57035-700; e

1.4.3. Reitoria – Anexo II (DIREAD): Rua João Gualberto Pereira do Carmo, nº 113, Ponta Verde, Maceió, Alagoas, CEP 57035-270.

1.5. A Contratada deverá executar o serviço utilizando-se dos equipamentos, ferramentas e utensílios necessários à perfeita execução dos serviços a serem prestados, conforme disposto no Termo de Referência.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – ESTRATÉGIA DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

2.1. A estratégia de prestação dos serviços é aquela prevista no Termo de Referência, anexo do Edital, principalmente o estabelecido em seu item 7.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – VIGÊNCIA

3.1. O prazo de vigência do Contrato será de **12 (doze meses)** contados da sua assinatura.

3.2. A vigência poderá ser prorrogada por iguais e sucessivos períodos, mediante termo aditivo ao contrato, até o limite de **60 (sessenta) meses**, nos termos do art. 57, II da Lei nº 8.666/93, quando comprovadamente vantajoso para a Administração, desde que haja autorização formal da autoridade competente e observados os seguintes requisitos:

3.2.1. Os serviços tenham sido prestados regularmente;

3.2.2. A Administração mantenha interesse na realização do serviço;

3.2.3. O valor do contrato permaneça economicamente vantajoso para a Administração; e

3.2.4. A Contratada manifeste expressamente interesse na prorrogação.

3.3. Para fins de prorrogação contratual, a vantajosidade econômica do Contrato fruto do presente



certame estará assegurada, sendo dispensada a realização de pesquisa de mercado, quando estiverem presentes as seguintes condições:

3.3.1. Os reajustes dos itens envolvendo a folha de salários serão efetuados com base em convenção, acordo coletivo ou em decorrência de lei;

3.3.2. Os reajustes dos itens envolvendo insumos (exceto quanto a obrigações decorrentes de acordo ou convenção coletiva de trabalho e de Lei) e materiais serão efetuados com base na variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA/IBGE.

3.4. Os valores da presente contratação ao longo do tempo e a cada prorrogação serão iguais ou inferiores aos limites estabelecidos em ato normativo da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – SLTI/MPOG.

3.0.1. Se os valores forem superiores aos fixados pela SLTI/MPOG, caberá negociação objetivando a redução de preços de modo a viabilizar economicamente as prorrogações de contrato.

3.5. Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos fixos ou variáveis não renováveis que já tenham sido amortizados ou pagos no primeiro ano da contratação serão eliminados como condição para a renovação contratual.

3.6. Não haverá prorrogação do contrato quando:

3.6.1. Os preços estiverem superiores aos estabelecidos como limites pelas Portarias do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, admitindo-se a negociação para redução de preços; ou

3.6.2. A Contratada tiver sido declarada inidônea ou suspensa no âmbito da União ou do próprio órgão contratante, enquanto perdurarem os efeitos.

4. CLÁUSULA QUARTA – VALOR

4.1. O valor mensal da contratação é de **R\$ 20.354,39 (vinte mil, trezentos e cinquenta e quatro reais e trinta e nove centavos)**, perfazendo o valor total de **R\$ 244.252,62 (duzentos e quarenta e quatro mil, duzentos e cinquenta e dois reais e sessenta e dois centavos)** para 12 meses, conforme detalhamento a seguir:

Unidade/ Campus	Quantidade de Postos			Valores em R\$		
	Contratação Imediata	Contratação futura	Total (na vigência contratual)	Valor Mensal do Posto	Valor Mensal Contratação Imediata	Valor Mensal Contratação Total
Reitoria e Anexos (Agente de limpeza)	09	00	09	R\$2.261,60	R\$20.354,39	R\$20.354,39
TOTAL PARA 12 MESES						R\$ 244.252,62

4.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro, custos operacionais e outros



necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5. CLÁUSULA QUINTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União, para o exercício de 2016, na classificação abaixo:

Gestão/Unidade: 26402/158147

Fonte: 0112000000

Programa de Trabalho: 108890

Elemento de Despesa: 339037

5.2. No(s) exercício(s) seguinte(s), correrão à conta dos recursos próprios para atender às despesas da mesma natureza, cuja alocação será feita no início de cada exercício financeiro.

5.3. As despesas para o exercício futuro correrão à conta das dotações orçamentárias indicadas em termo aditivo ou mediante apostilamento, nos termos do §8º, do art. 65, da Lei 8.666/1993.

6. CLÁUSULA SEXTA – PAGAMENTO

6.1. O prazo para pagamento será de até **30 (trinta) dias** contados a partir da data da apresentação das Notas Fiscais / Faturas, que deverão conter o detalhamento dos serviços executados, acompanhada dos demais documentos comprobatórios do cumprimento das obrigações da Contratada, que constam abaixo:

6.1.1. Nota Fiscal/fatura discriminativa, em via única;

6.1.2. Regularidade fiscal, constatada através de consulta “on-line” ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, ou na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666/1993.

6.2. As Notas fiscais deverão ser emitidas individualmente para cada Campus e para a Reitoria, de acordo com os serviços prestados em cada Unidade do IFAL.

6.2.1. Os pagamentos ocorrerão nas Unidades Gestoras dos Campus vinculados ao contrato, em virtude da desconcentração administrativa levada a efeito pela Portaria nº 1.323/GR, de 14 de agosto de 2012, permitindo que os pagamentos sejam feitos nas plataformas de cada Campus.

6.3. Somente será efetuado o pagamento dos serviços efetivamente prestados, cujo início se dará por autorização do Fiscal do Contrato, mediante emissão prévia de Ordem de Serviço – O.S. (Anexo I do Termo de Referência) para esta finalidade.

6.4. O pagamento somente será efetuado após o “ATESTO”, pelo servidor competente, da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela Contratada, acompanhada dos demais documentos exigidos no Termo de Referência.

6.5. O “ATESTO” fica condicionado à verificação da conformidade das Notas Fiscais / Faturas apresentadas pela Contratada com os serviços efetivamente prestados, bem como da regularidade fiscal, constatada através de consulta “on-line” ao SICAF, ou na impossibilidade de acesso ao



referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no artigo 29 da Lei nº 8.666/1993.

6.6. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o Contratante.

6.7. Antes do pagamento, o Contratante verificará, por meio de consulta eletrônica, a regularidade do cadastramento da Contratada no SICAF e/ou nos sites oficiais, devendo seu resultado ser impresso, autenticado e juntado ao processo de pagamento.

6.8. Os pagamentos a serem efetuados em favor da Contratada, quando couber, estarão sujeitos à retenção, na fonte, dos seguintes tributos:

6.8.1. Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas – IRPJ, Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL, Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS, e Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público – PIS/PASEP, na forma da Instrução Normativa RFB Nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012, conforme determina o art. 64 da Lei Nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996;

6.8.2. Contribuição previdenciária, correspondente a **11% (onze por cento)**, na forma da Instrução Normativa RFB Nº 971, de 13 de novembro de 2009, conforme determina a Lei Nº 8.212, de 24 de julho de 1991; e

6.8.3. Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN, na forma da Lei Complementar Nº 116, de 31 de julho de 2003, combinada com a legislação municipal e/ou distrital sobre o tema.

6.9. O pagamento será efetuado por meio de Ordem Bancária de Crédito, mediante depósito em conta-corrente, na agência e estabelecimento bancário indicado pela Contratada, ou por outro meio previsto na legislação vigente.

6.10. Será considerada como data do pagamento o dia da entrega da respectiva ordem bancária no agente financeiro.

6.11. O Contratante não se responsabilizará por qualquer despesa que venha a ser efetuada pela Contratada, que porventura não tenha sido acordada no contrato.

6.12. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de encargos moratórios proporcionais aos dias de atraso, apurados desde a data limite prevista para o pagamento até a data do efetivo pagamento, à taxa de **6% (seis por cento)** ao ano, aplicando-se a seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;



VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de atualização financeira = 0,0023014, assim apurado:

$$I = \frac{(6/100)}{365} = \frac{(TX/100)}{365} = 0,0023014$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%.

6.13. Nos termos do art. 36, §5º, da Instrução Normativa nº 02/2008 do MPOG, na hipótese de pagamento de juros de mora e demais encargos por atraso, os autos serão instruídos com as justificativas e motivos, e serão submetidos à apreciação da autoridade superior competente, que adotará as providências para verificar se é ou não caso de apuração de responsabilidade, identificação dos envolvidos e imputação de ônus a quem deu causa à mora.

6.14. Nos termos do art. 19-A da Instrução Normativa nº 02/2008 do MPOG, as provisões de encargos trabalhistas, a serem pagas pelo Contratante poderão ser glosadas do valor mensal do contrato e depositadas, exclusivamente em instituição financeira oficial, em conta corrente vinculada – bloqueada para movimentação, aberta em nome da Contratada (ou “depósito em garantia – bloqueado para movimentação”, conforme nomenclatura bancária), unicamente para essa finalidade e com movimentação somente por ordem do Contratante.

6.15. O montante do depósito mensal vinculado será igual ao somatório dos valores dos submódulos 4.2, 4.4. e 4.5 letra “A” acrescido da incidência do submódulo 4.1 da planilha de formação de custos.

6.16. A abertura, depósitos e resgates da conta vinculada – bloqueada para movimentação e demais procedimentos obedecerão à sistemática prevista no art. 19-A da Instrução Normativa nº 02/2008 do MPOG e do Termo de Cooperação Técnica realizado entre o IFAL e a instituição bancária.

6.17. O faturamento mensal deverá ser formalizado com o valor mensal integral dos serviços, incluídos os valores referentes às provisões de encargos trabalhistas diferidos mencionados no **subitem 6.15**, sendo que dos pagamentos mensais serão deduzidas as provisões citadas.

6.18. Mensalmente, a Administração poderá ainda reter os valores correspondentes ao FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e realizar diretamente o depósito dos valores devidos ao FGTS nas respectivas contas vinculadas dos trabalhadores da Contratada, observada a legislação específica.

6.19. De acordo com o COMUNICA Nº 055716, de 02/12/2009 da DLSG/SIASG-MP o recolhimento das provisões previstas no Termo de Referência, **subitem 6.15**, serão efetuadas após a disponibilização de procedimentos padronizados para toda a esfera federal, junto ao Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal, a qual a Cartilha sobre conta vinculada, emitida pela Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, em 2014, orienta sobre sua operacionalização.

6.20. A Contratada poderá solicitar a autorização do Contratante para utilizar os valores da conta vinculada para o pagamento de eventuais indenizações trabalhistas dos empregados ocorridas durante a vigência do Contrato.



6.21. Para a liberação dos recursos da conta vinculada, para o pagamento de eventuais indenizações trabalhistas dos empregados ocorridas durante a vigência do Contrato, a empresa deverá apresentar ao Contratante os documentos comprobatórios da ocorrência das obrigações trabalhistas e seus respectivos prazos de vencimento.

6.22. O Contratante expedirá, após a confirmação da ocorrência da indenização trabalhista e a conferência dos cálculos, a autorização para a movimentação, encaminhando a referida autorização à instituição financeira oficial no prazo máximo de **05 (cinco) dias úteis**, a contar da data da apresentação dos documentos comprobatórios da empresa. A autorização de movimentação será exclusiva para a transferência bancária para a conta corrente dos trabalhadores favorecidos.

6.23. A Contratada deverá apresentar ao Contratante, no prazo máximo de **03 (três) dias**, o comprovante das transferências bancárias realizadas para a quitação das obrigações trabalhistas.

6.24. O saldo remanescente da conta vinculada será liberado à empresa no momento do encerramento do Contrato, na presença do sindicato da categoria correspondente aos serviços contratados, após a comprovação da quitação de todos os encargos trabalhistas e previdenciários relativos ao serviço contratado.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – REPACTUAÇÃO

7.1. Será admitida a repactuação dos preços dos serviços continuados contratados com prazo de vigência igual ou superior a **12 (doze) meses**, desde que seja observado o interregno mínimo de **01 (um) ano** das datas dos orçamentos aos quais a proposta se referir, e demonstrada de forma analítica a variação dos componentes dos custos do contrato, devidamente justificada, de acordo com o artigo 5º do Decreto nº 2.271, de 1997, e com os dispositivos aplicáveis da Instrução Normativa SLTI/MPOG Nº 2, de 30 de abril de 2008, e alterações introduzidas pela IN Nº 03/2009 da SLTI/MPOG, art. 37 a 41-B.

7.2. A Repactuação para fazer face à elevação dos custos do Contrato, respeitada a anualidade de que trata o **subitem 7.1**, e que vier a ocorrer durante a vigência do Contrato, é direito da Contratada, e não poderá alterar o equilíbrio econômico e financeiro dos contratos, conforme estabelece o art. 37, inciso XXI da Constituição da República Federativa do Brasil, sendo assegurado ao prestador receber pagamento mantidas as condições efetivas da proposta.

7.3. A Repactuação poderá ser dividida em tantas parcelas quanto forem necessárias em respeito ao princípio da anualidade do reajuste dos preços da contratação, podendo ser realizada em momentos distintos para discutir a variação de custos que tenham sua anualidade resultante em datas diferenciadas, tais como os custos decorrentes da mão de obra e os custos decorrentes dos insumos necessários à execução do serviço.

7.4. O interregno mínimo de **01 (um) ano** para a primeira repactuação será contado a partir:

7.4.1. Da data limite para apresentação das propostas constantes do instrumento convocatório, em relação aos custos com a execução dos serviços decorrentes do mercado, tais como o custo dos materiais e equipamentos necessários à execução do serviço; ou



7.4.2. Da data do acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho ou equivalente, vigente à época da apresentação da proposta, quando a variação dos custos for decorrente da mão de obra e estiver vinculada às datas-base destes instrumentos.

7.5. Nas repactuações subsequentes à primeira, a anualidade será contada a partir da data do fato gerador que deu ensejo à última repactuação.

7.6. As repactuações serão precedidas de solicitação da Contratada, acompanhada de demonstração analítica da alteração dos custos, por meio de apresentação de PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS e, ainda, do novo acordo, convenção ou dissídio coletivo que fundamenta a repactuação, conforme for a variação de custos objeto da repactuação.

7.7. Caso, na data da prorrogação contratual, ainda não tenha sido registrada a nova convenção ou acordo coletivo da categoria, a Contratada deverá solicitar a inserção de cláusula no termo aditivo de prorrogação que resguarde o direito futuro à repactuação, a ser exercido tão logo disponha daquele instrumento devidamente registrado, sob pena de preclusão.

7.8. As repactuações para reajuste no contrato em razão de novo acordo, dissídio ou convenção coletiva deve repassar integralmente o aumento de custos da mão de obra decorrente desses instrumentos.

7.9. É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de instrumento legal, sentença normativa, acordo coletivo ou convenção coletiva.

7.10. Quando da solicitação da repactuação para fazer jus a variação de custos decorrente do mercado, esta somente será concedida mediante a comprovação do aumento de custos, considerando-se:

7.10.1. Os preços praticados no mercado ou em outros contratos da Administração;

7.10.2. As particularidades do contrato em vigência;

7.10.3. Indicadores setoriais, tabelas de fabricantes, valores oficiais de referência, tarifas públicas ou outros equivalentes;

7.10.4. A disponibilidade orçamentária do órgão contratante.

7.11. A decisão sobre o pedido de repactuação deve ser feita no prazo máximo de **60 (sessenta) dias**, contados a partir da solicitação e da entrega dos comprovantes de variação dos custos.

7.12. O prazo referido no **subitem 7.11** ficará suspenso enquanto a Contratada não cumprir os atos ou não apresentar a documentação solicitada pelo Contratante para a comprovação da variação dos custos.

7.13. As repactuações, como espécie de reajuste, serão formalizadas por meio de apostilamento, e não poderão alterar o equilíbrio econômico e financeiro dos contratos, exceto quando coincidirem com a prorrogação contratual, em que deverão ser formalizadas por aditamento.



7.14. O Contratante poderá realizar diligências para conferir a variação de custos alegada pela Contratada.

7.15. O prazo para a Contratada solicitar a repactuação preclui com a assinatura da prorrogação contratual subsequente à data do fato gerador que lhe deu ensejo ou com o encerramento do Contrato, e nova solicitação somente poderá ser pleiteada com o surgimento de novo fato gerador.

7.16. Os novos valores contratuais decorrentes das repactuações terão suas vigências iniciadas observando-se o seguinte:

7.16.1. A partir da ocorrência do fato gerador que deu causa à repactuação;

7.16.2. Em data futura, desde que acordada entre as partes, sem prejuízo da contagem de periodicidade para concessão das próximas repactuações futuras; ou

7.16.3. Em data anterior à ocorrência do fato gerador, exclusivamente quando a repactuação envolver revisão do custo de mão de obra em que o próprio fato gerador, na forma de acordo, convenção ou sentença normativa, contemplar data de vigência retroativa, podendo esta ser considerada para efeito de compensação do pagamento devido, assim como para a contagem da anualidade em repactuações futuras.

8. CLÁUSULA OITAVA – GARANTIA CONTRATUAL

8.1. A Contratada apresentará garantia, no prazo de até **10 (dez) dias** após a assinatura do Contrato, correspondente ao percentual de **5% (cinco por cento)** do valor total do contrato, com validade durante a execução do contrato e **3 (três) meses** após o término da vigência contratual, devendo ser renovada a cada prorrogação efetivada no contrato, nos moldes do art. 56 da Lei nº 8.666/1993.

8.1.1. A Contratada pode optar pelas modalidades de garantia expressas na Lei nº 8.666/1993, ou seja, caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária;

8.1.2. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de **0,07% (sete centésimos por cento)** do valor do contrato por dia de atraso, até o limite de **2% (dois por cento)**.

8.2. Após o término da execução do contrato, constatado o regular cumprimento de todas as obrigações a cargo da Contratada, inclusive o pagamento das verbas rescisórias ou a comprovação de que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho, a garantia por ela prestada será liberada ou restituída.

8.2.1. A garantia só será liberada ante a comprovação de que a empresa pagou todas as verbas rescisórias trabalhistas decorrentes da contratação. Caso esse pagamento não ocorra até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual, a garantia será utilizada para o pagamento dessas verbas trabalhistas diretamente pela Administração, conforme estabelecido no art. 19-A, inciso IV da Instrução Normativa Nº 02/2008 do MPOG.

8.3. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no **subitem 8.5** deste Termo.

8.4. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada na Caixa Econômica Federal em conta específica com correção monetária, em favor do Contratante.



8.5. A garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, assegurará o pagamento de:

8.5.1. Prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

8.5.2. Prejuízos diretos causados à Administração ou a terceiro, decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;

8.5.3. Multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à Contratada; e

8.5.4. Obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza, não adimplidas pela contratada, quando couber.

8.6. Se o valor da garantia for utilizado, total ou parcialmente, pelo Contratante, para quaisquer das hipóteses permitidas legalmente e listadas no **subitem 8.5**, esta deverá proceder à respectiva reposição no prazo de **10 (dez) dias úteis**, contados da data em que tiver sido notificada.

8.7. O atraso na apresentação ou reposição da garantia superior a **25 (vinte e cinco) dias** autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem os incisos I e II do art. 78 da Lei nº 8.666/1993.

8.8. O garantidor não é parte interessada para figurar em processo administrativo instaurado pelo Contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à Contratada.

8.9. A garantia será considerada extinta:

8.9.1. Com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Administração, mediante termo circunstanciado, de que a contratada cumpriu todas as cláusulas do contrato; e

8.9.2. **03 (três) meses** após o término da vigência do contrato, prazo esse que poderá ser estendido em caso de ocorrência de sinistro.

8.10. O Contratante não executará a garantia nas seguintes hipóteses:

8.10.1. Caso fortuito ou força maior;

8.10.2. Alteração, sem prévia anuência da seguradora ou do fiador, das obrigações contratuais;

8.10.3. Descumprimento das obrigações pela Contratada decorrente de atos ou fatos da Administração; ou

8.10.4. Prática de atos ilícitos dolosos por servidores da Administração.

8.11. Não serão admitidas outras hipóteses de não execução da garantia, que não as previstas no **subitem 8.10**.

8.12. A qualquer tempo, mediante comunicação ao Contratante, poderá ser admitida a substituição da garantia, observadas as modalidades previstas no art. 56 e o disposto no art. 65, inciso II, alínea "a", da Lei nº 8.666/1993.

8.13. No caso de alteração do valor do contrato, a garantia deverá ser readequada nas mesmas condições deste.



8.14. Nas eventuais repactuações, a Contratada se comprometerá a aumentar a garantia prestada com os valores providos pela Administração e que não foram utilizados para o pagamento de férias.

9. CLÁUSULA NONA – CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

9.1. O acompanhamento, a fiscalização, a conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, será efetuado por meio do gestor do contrato, que poderá ser auxiliado pelo fiscal técnico e fiscal administrativo do contrato.

9.2. O Contratante poderá indicar agentes de seu quadro funcional para auxílio das atividades de fiscalização.

9.3. O fiscal do contrato e seus auxiliares deverão seguir o disposto no Anexo IV da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 02, de 30 de abril de 2008, e suas alterações, e ainda, o Guia de Fiscalização dos Contratos de Prestação de Serviços com Dedicação Exclusiva de Mão de Obra, constante no **Anexo V** do Termo de Referência.

9.4. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos no Termo de Referência, em especial aqueles relativos aos índices de produtividade.

9.5. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais e comunicando a autoridade competente, quando for o caso, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do artigo 67 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.6. A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do Contratante ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o artigo 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.7. A fiscalização do contrato, no que se refere ao cumprimento das obrigações trabalhistas, deve ser realizada com base em critérios estatísticos, levando-se em consideração falhas que impactem o contrato como um todo e não apenas erros e falhas eventuais no pagamento de alguma vantagem a um determinado empregado.

9.8. Em caso de indício de irregularidade no recolhimento das contribuições previdenciárias, os fiscais ou gestor de contrato deverão oficialiar ao Ministério da Previdência Social e à Receita Federal do Brasil – RFB.

9.9. Em caso de indício de irregularidade no recolhimento da contribuição para o FGTS, os fiscais ou gestor de contrato deverão oficialiar ao Ministério do Trabalho e Emprego.



9.10. Além do exposto acima, a fiscalização da execução dos serviços abrange as seguintes rotinas:

9.10.1. Atestar a Nota Fiscal/Fatura como condição para o pagamento;

9.10.2. Solicitar à Administração a aplicação de penalidades por descumprimento de cláusula contratual;

9.10.3. Comunicar à Pró-Reitoria de Administração ou à Diretoria de Administração sobre descumprimento do contrato e indicar os procedimentos necessários ao seu correto cumprimento para que sejam tomadas as devidas providências;

9.10.4. Ordenar a imediata retirada do local, bem como a substituição provisória de empregado da Contratada que estiver sem uniforme ou identificação, que embarçar ou dificultar a sua fiscalização ou cuja permanência na área, a seu exclusivo critério, julgar inconveniente;

9.10.5. Reunir-se, na unidade Institucional de fiscalização, periodicamente, com o representante da Contratada, para tratar de assuntos ligados à execução do Contrato;

9.10.6. A reunião acima será previamente agendada pelo FISCAL diretamente pela Administração, através de comunicado escrito ao preposto da Contratada; e

9.10.7. Emitir ordem de serviço (O.S), conforme Modelo constante do **Anexo I** do Termo de Referência, para os serviços à medida de sua efetiva necessidade de implantação.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

10.1. Proporcionar todas as condições para que a Contratada possa desempenhar seus serviços de acordo com as determinações do Contrato, do Edital e seus Anexos, especialmente do Termo de Referência.

10.2. Emitir ordem de serviço (O.S), nos moldes do Anexo I do Termo de Referência, para os serviços à medida de sua efetiva necessidade de implantação.

10.3. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta.

10.4. Notificar a Contratada por escrito a ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção.

10.5. Não permitir que os empregados da CONTRATADA realizem horas extras, permitida a adoção de sistema de compensação de jornada e horas de trabalho, nos casos de comprovada necessidade de serviço, formalmente justificada pela autoridade do órgão contratante, nos termos do art. 59 da CLT, com redação dada pela MP nº 2.164-41, de 24 de agosto de 2001.

10.6. Zelar para que durante toda a vigência do contrato sejam mantidas, em compatibilidade com as obrigações assumidas pela Contratada, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

10.7. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.



10.8. Eleger, a critério do Contratante, possíveis agentes para auxílio nas atividades de fiscalização.

10.9. Atestar através do(s) fiscal(is) do Contrato ou de seus auxiliares as Notas Fiscais emitidas pela Contratada, após certificada a adequada prestação dos serviços.

10.10. Aplicar penalidades por descumprimento do contrato.

10.11. Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:

10.11.1. Direcionar a contratação de pessoas para trabalhar na empresa contratada;

10.11.2. Promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da Contratada, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado; e

10.11.3. Considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.

10.12. Caberá à Administração a conferência dos documentos apresentados pela Contratada através do fiscal do contrato.

10.13. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, na forma do contrato.

10.14. Destinar local para guarda dos equipamentos, ferramentas e utensílios disponibilizados pela CONTRATADA, conforme relação do Anexo II do Termo de Referência.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

11.1. Fornecer mão de obra, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários à perfeita execução dos serviços de limpeza e conservação dos prédios das Unidades do IFAL.

11.2. Responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente.

11.3. Executar os serviços conforme especificações do Termo de Referência e de sua proposta, com a disponibilização do corpo funcional necessário ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais.

11.4. Selecionar e preparar rigorosamente os empregados que prestarão os serviços, encaminhando indivíduos portadores de atestados de boa conduta e demais referências, tendo funções profissionais legalmente registradas em suas carteiras de trabalho.

11.5. Manter sediado junto à Administração contratante, durante os turnos de trabalho, indivíduos capazes de tomar decisões compatíveis com os compromissos assumidos.

11.6. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo máximo de **24 (vinte e quatro horas)**, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados, a critério da Administração.



11.7. Emitir Nota Fiscal individual por Unidade Institucional do IFAL de acordo com os serviços prestados em cada uma. Devendo, ainda, entregar a nota fiscal acompanhada dos demais documentos relacionados no **subitem 16.1** do Termo de Referência, na respectiva Unidade da prestação do serviço.

11.8. Autorizar, no momento de assinatura deste contrato, conforme modelo constante no **Anexo IV** do Termo de Referência, a Administração contratante a fazer o desconto na fatura e o pagamento direto dos salários e demais verbas trabalhistas aos trabalhadores, quando houver falha no cumprimento dessas obrigações por parte da Contratada, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis.

11.9. Iniciar os serviços nas dependências do IFAL - Reitoria e demais Campi, no prazo de **5 (cinco) dias** após o recebimento da Ordem de Serviço – O.S. (Anexo I do Termo de Referência), com o quantitativo de postos indicado nessa, mediante disponibilização de pessoal nos respectivos postos de trabalho, informando, em tempo hábil, qualquer motivo impeditivo ou que a impossibilite de assumir o serviço nos locais estabelecidos.

11.10. Fornecer uniformes e seus complementos à mão de obra envolvida, conforme a relação contida no **subitem 7.5** do Termo de Referência.

11.11. Fornecer e manter em perfeitas condições de uso, todos os equipamentos, ferramentas e utensílios necessários a execução dos serviços, conforme **Anexo II** do Termo de Referência, devendo os danificados serem substituídos em até **24 (vinte e quatro) horas**. Os equipamentos elétricos devem ser dotados de sistemas de proteção, de modo a evitar danos à rede elétrica.

11.11.1. O prazo previsto no **subitem 11.11** poderá ser prorrogado, por solicitação justificada da Contratada e desde que aceita pela Administração.

11.12. Identificar todos os equipamentos, ferramentas e utensílios de sua propriedade de forma a não serem confundidos com similares de propriedade do Contratante.

11.13. Não repassar quaisquer custos de uniformes e equipamentos a seus empregados. Quanto às despesas com deslocamento, poderá ser repassado o custo, **aos empregados que exercerem o respectivo direito**, nos termos e condições da Lei nº 7.418/1985 e do Decreto nº 95.247/1987.

11.14. Disponibilizar ao Contratante os empregados devidamente uniformizados e identificados por crachá, com fotografia recente, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual – EPI's necessários.

11.15. Prever toda a mão de obra necessária para garantir a operação dos Postos, nos regimes contratados, obedecidas às disposições da legislação trabalhista vigente.

11.16. Apresentar ao Contratante, quando do início das atividades, relação nominal constando nome, endereço residencial e telefone dos empregados colocados à disposição da Administração.



11.17. Viabilizar, no prazo de **60 (sessenta) dias**, contados do início da prestação dos serviços, a emissão do Cartão Cidadão expedido pela Caixa Econômica Federal para todos os empregados.

11.18. Viabilizar, no prazo de **60 (sessenta) dias**, contados do início da prestação dos serviços, o acesso de seus empregados, via internet, por meio de senha própria, aos sistemas da Previdência Social e da Receita do Brasil, com o objetivo de verificar se as suas contribuições previdenciárias foram recolhidas.

11.19. Oferecer todos os meios necessários aos seus empregados para obtenção de extrato de recolhimento sempre que solicitado pela fiscalização.

11.20. Não permitir que o empregado designado para trabalhar em um turno preste seus serviços no turno imediatamente subsequente (dobra).

11.21. Efetuar a reposição da mão de obra nos Postos, em caráter imediato, em eventual ausência, não sendo permitida a prorrogação da jornada de trabalho (dobra).

11.22. Não permitir que seus empregados realizem horas extraordinárias fora da jornada normal de trabalho, em finais de semana ou em dias feriados. Nos casos excepcionais e de extrema necessidade, desde que formalmente justificada pela autoridade do órgão contratante, poderá ser adotado o sistema de compensação de jornada e horas de trabalho, nos termos do art. 59 da CLT, com redação dada pela MP nº 2.164-41, de 24 de agosto de 2001.

11.23. Manter disponibilidade de efetivo dentro dos padrões desejados, para atender eventuais acréscimos solicitados pela Administração, bem como impedir que a mão de obra que cometer falta disciplinar, qualificada como de natureza grave, seja mantida ou retorne às instalações da mesma.

11.24. Substituir os empregados nos casos de eventuais ausências, tais como férias, faltas, licenças e outros impedimentos. Quando se tratar de faltas imprevisíveis, a Contratada deverá substituir o funcionário no prazo máximo de **1 (uma) hora** para as localidades da capital e no prazo máximo de **3 (três) horas** para as localidades no interior do Estado, contados do início do expediente.

11.24.1. Caso não ocorra a substituição dos empregados, nos termos do *caput* deste **subitem 11.25**, haverá a glosa dos serviços não executados

11.25. Colocar empregados do sexo feminino para execução dos serviços de limpeza nas instalações sanitárias femininas.

11.26. Efetuar sob sua responsabilidade em até **30 (trinta) dias** após a assinatura do Contrato, perícia (através de perito-médico ou engenheiro do trabalho, **devidamente habilitado**) nas áreas com possíveis necessidades de adicional de insalubridade e nas atividades em condições de periculosidade nas Unidades do IFAL em que os serviços serão prestados.

11.26.1. As áreas consideradas como possíveis de estar vulneráveis a agentes nocivos, e que, por isso, poderão ter a necessidade de adicional de insalubridade após a realização e aprovação da perícia mencionada no **subitem 11.26**, são os Almoxarifados, Laboratórios e instalações sanitárias de uso público ou coletivo de grande circulação das Unidades do IFAL e já foram consideradas no total das áreas internas detalhadas no **subitem 5.1** do Termo de referência;



11.26.2. As atividades consideradas como possíveis de estar em condições de periculosidade, e que, por isso, poderão ter a necessidade de adicional de periculosidade deverão ser indicadas na perícia mencionada no **subitem 11.26.**

11.26.3. A perícia será submetida ao CONTRATANTE, e caso seja constatada alguma área insalubre e/ou atividade em condições de periculosidade, a CONTRATADA deverá promover os ajustes de preços correspondentes, inserindo os adicionais de insalubridade e/ou periculosidade apurados, bem como os eventuais EPI's indicados;

11.26.4. O impacto dos custos relativos aos adicionais de insalubridade e/ou periculosidade deverá ser demonstrado através de planilhas de custos, e após comprovação, análise e aprovação pelo IFAL, será realizado o ajuste de preços mediante o reequilíbrio econômico-financeiro do contrato;

11.26.5. Caso sejam acrescidas novas áreas insalubres e/ou atividades em condições de periculosidade ao contrato durante sua execução, obrigatoriamente comprovadas através de perícia, deverão ser observadas as regras contidas no **subitem 11.26.**

11.27. Manter prepostos, aceitos pela Administração do Contratante, durante o período de vigência deste contrato, para representá-la sempre que for necessário.

11.28. Atender de imediato às solicitações do Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, nos casos em que a Administração julgar necessário e, em especial se ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito no Termo de Referência.

11.29. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as orientações da Administração, inclusive quanto ao cumprimento das Normas Internas e de Segurança e Medicina do Trabalho.

11.30. Instruir seus prepostos a repassar aos ocupantes dos postos de serviço as normas internas disciplinares, regimentais e de Segurança e Medicina do trabalho do Contratante, em cada unidade do IFAL. A necessidade de cumprimento de normas do Contratante, não caracteriza, sob hipótese alguma, qualquer vínculo empregatício com o mesmo.

11.31. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a Contratada relatar à Administração toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função.

11.32. Estabelecer plano de trabalho, discriminando, de forma clara e precisa, as responsabilidades de todos os empregados, inclusive, nas hipóteses de situações emergenciais.

11.33. Implantar, de forma, adequada, a planificação, execução e supervisão permanente dos serviços, de forma a obter uma operação correta e eficaz, realizando os serviços de forma meticulosa e constante, mantendo sempre em perfeita ordem, todas as dependências objeto dos serviços.

11.34. Manter o empregado nos horários predeterminados pela Administração.

11.35. Registrar e controlar, combinado ao CONTRATANTE, diariamente, a assiduidade e pontualidade de seu pessoal, bem como as ocorrências havidas.



11.36. Relatar ao Contratante toda e qualquer irregularidade observada nos Postos das instalações onde houver prestação dos serviços.

11.37. Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à Administração.

11.38. Pagar os salários aos empregados colocados à disposição da Contratante, através de depósito bancário na conta do trabalhador, em agências situadas na localidade ou região metropolitana em que ocorra a prestação dos serviços, de modo a possibilitar a conferência do pagamento por parte da Administração.

11.39. Entregar ao Contratante, no primeiro mês da prestação dos serviços e sempre que houver admissão de novos empregados pela Contratada, em original ou por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da Administração, os documentos de acordo com relação descrita a seguir:

11.39.1. Cópia do acordo ou da convenção coletiva de trabalho, relativos à categoria profissional a que pertencem os trabalhadores, para que se possa verificar o cumprimento das respectivas cláusulas;

11.39.2. Relação dos empregados, contendo nome completo, cargo ou função, horário do posto de trabalho, números da carteira de identidade (RG) e da inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), com indicação dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso;

11.39.3. Carteiras de Trabalho e Previdência Social (CTPS) dos empregados admitidos e dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso, devidamente assinadas pela Contratada;

11.39.4. Exames médicos admissionais dos empregados da Contratada que prestarão os serviços.

11.40. Entregar **até o dia trinta do mês seguinte** ao da prestação dos serviços ao setor responsável pela fiscalização do contrato, em original ou por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da Administração, os seguintes documentos, quando não for possível a verificação da regularidade dos mesmos no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF:

11.40.1. Prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

11.40.2. Certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

11.40.3. Certidões que comprovem a regularidade perante as Fazendas Estadual, Distrital e Municipal do domicílio ou sede da Contratada;

11.40.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF;

11.40.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

11.41. Entregar, quando solicitado pela Administração, em original ou por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da Administração, quaisquer dos seguintes documentos:

11.41.1. Extrato da conta do INSS e do FGTS de qualquer empregado, a critério da Administração contratante;

11.41.2. Cópia da folha de pagamento analítica de qualquer mês da prestação dos serviços, em que conste como tomador o órgão ou entidade Contratante;



11.41.3. Cópia dos contracheques dos empregados relativos a qualquer mês da prestação dos serviços ou, ainda, quando necessário, cópia de recibos de depósitos bancários;

11.41.4. Comprovantes de entrega de benefícios suplementares (vale-transporte, vale-alimentação, entre outros), a que estiver obrigada por força de lei ou de convenção ou acordo coletivo de trabalho, relativos a qualquer mês da prestação dos serviços e de qualquer empregado; e

11.41.5. Comprovantes de realização de eventuais cursos de treinamento e reciclagem que forem exigidos por lei ou pelo contrato.

11.42. Entregar, quando da extinção ou rescisão do contrato, em até **10 (dez) dias após o último mês de prestação dos serviços**, em original ou por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da Administração, a documentação abaixo relacionada:

11.42.1. Termos de rescisão dos contratos de trabalho dos empregados prestadores de serviço, devidamente homologados, quando exigível pelo sindicato da categoria;

11.42.2. Guias de recolhimento da contribuição previdenciária e do FGTS, referentes às rescisões contratuais;

11.42.3. Extratos dos depósitos efetuados nas contas vinculadas individuais do FGTS de cada empregado dispensado; e

11.42.4. Exames médicos demissionais dos empregados dispensados.

11.43. A documentação contida no **subitem 11.41** será analisada pelo Contratante no prazo de **30 (trinta) dias** após o recebimento dos documentos, prorrogáveis por mais **30 (trinta) dias**, justificadamente.

11.44. Adotar, no que couber, as práticas de sustentabilidade na execução dos serviços, constantes do art. 6º e seus incisos, da IN n.º 01, de 19 de janeiro 2010, da SLTI/MPMOG.

11.45. Adotar práticas de gestão que garantam os direitos trabalhistas e atendimento às normas internas e de segurança e medicina do trabalho para seus empregados.

11.46. Proibir quaisquer atos de preconceito de raça, cor, sexo, orientação sexual ou estado civil na seleção de profissionais no quadro da empresa;

11.47. Adotar boas práticas de otimização de recursos/redução de desperdícios/menor poluição, tais como:

11.47.1. Racionalização do uso de substâncias potencialmente tóxicas/poluentes;

11.47.2. Substituição de substâncias tóxicas por outras atóxicas ou de menor toxicidade;

11.47.3. Racionalização/economia no consumo de energia (especialmente elétrica) e água;

11.47.4. Promoção periódica de cursos/capacitações de educação, formação, aconselhamento, prevenção e controle de risco aos trabalhadores, bem como sobre boas práticas de redução de desperdícios/poluição no ambiente em que se prestará o serviço; e

11.47.5. Reciclagem/destinação adequada dos resíduos gerados nas atividades de limpeza, asseio e conservação.

11.48. Utilizar lavagem com água de reúso ou outras fontes, sempre que possível (águas de chuva, poços cuja água seja certificada de não contaminação por metais pesados ou agentes bacteriológicos, minas e outros).



11.49. Desenvolver ou adotar manuais de procedimentos de descarte de materiais potencialmente poluidores, tais como sobre pilhas e baterias dispostas para descarte que contenham em suas composições chumbo, cádmio, mercúrio e seus compostos, aos estabelecimentos que as comercializam ou à rede de assistência técnica autorizada pelas respectivas indústrias, para repasse aos fabricantes ou importadores.

11.49.1. Tratamento idêntico deverá ser dispensado a lâmpadas fluorescentes e frascos de aerossóis em geral. Estes produtos, quando descartados, deverão ser separados e acondicionados em recipientes adequados para destinação específica.

11.49.2. A Contratada deverá encaminhar os pneumáticos inservíveis abandonados ou dispostos inadequadamente, aos fabricantes para destinação final, ambientalmente adequada, tendo em vista que pneumáticos inservíveis abandonados ou dispostos inadequadamente constituem passivo ambiental, que resulta em sério risco ao meio ambiente e à saúde pública.

11.50. Administrar situações emergenciais de acidentes com eficácia, mitigando os impactos aos empregados, colaboradores, usuários e ao meio ambiente.

11.51. Conduzir suas ações em conformidade com os requisitos legais e regulamentos aplicáveis, observando também a legislação ambiental para a prevenção de adversidades ao meio ambiente e à saúde dos trabalhadores e envolvidos na prestação dos serviços.

11.52. Disponibilizar os Equipamentos de Proteção Individual – EPI para os empregados para a execução das atividades de modo confortável, seguro, de acordo com as condições climáticas, favorecendo a qualidade de vida no ambiente de trabalho.

11.53. Orientar sobre o cumprimento por parte dos funcionários das Normas Internas e de Segurança e Medicina do Trabalho, tais como prevenção de incêndio nas áreas da prestação de serviço, zelando pela segurança e saúde dos usuários e circunvizinhança.

11.54. Destinar de forma ambientalmente adequada todos os materiais e equipamentos que foram utilizados na prestação dos serviços.

11.55. Não permitir a utilização do trabalho de menor de idade.

11.56. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

11.57. Cumprir fielmente os acordos coletivos, bem como as obrigações trabalhistas.

11.58. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência ou no Contrato.

11.59. Arcar com a responsabilidade civil por todos e quaisquer danos materiais e morais causados pela ação ou omissão de seus empregados, trabalhadores, prepostos ou representantes, dolosa ou culposamente, à União ou a terceiros.



11.60. Manter o endereço, número de telefone e endereço de e-mail permanentemente atualizados.

11.61. Não poderá alegar, em hipótese alguma, como justificativa ou defesa, desconhecimento, incompreensão, dúvidas ou esquecimento das cláusulas e condições, de contrato, do termo de referência, das especificações técnicas, bem como de tudo o que estiver contido nas normas pertinentes. A existência e a atuação da fiscalização em nada diminuirão a responsabilidade única, integral e exclusiva da Contratada no que concerne aos serviços e suas implicações próximas ou remotas, sempre de conformidade com o contrato, o Código Civil e demais leis ou regulamentos vigentes e pertinentes, no Município, Estado e na União.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. Nos termos do art. 87 da Lei nº 8.666/1993 o Contratante poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à Contratada as seguintes penalidades:

12.1.1. **ADVERTÊNCIA** – Feita através de notificação por meio de ofício, mediante contrarrecibo do representante legal da Contratada, ficando estabelecido o prazo de **05 (cinco) dias úteis** para cumprimento das obrigações descumpridas, sempre que forem observadas irregularidades de pequena monta, para as quais tenha concorrido, e desde que, ao caso, não se apliquem às demais penalidades;

12.1.2. **MULTA MORATÓRIA** – Conforme abaixo especificado:

12.1.2.1. De **0,5%** sobre o valor global da contratação, por dia de atraso injustificado no início da prestação dos serviços, limitada sua aplicação até o máximo de **10 (dez) dias**, independentemente das demais sanções cabíveis. Após o 10º dia de atraso, os serviços poderão, a critério da Administração, não mais serem aceitos, configurando-se a inexecução total do contrato, com as consequências previstas em lei e neste instrumento;

12.1.2.2. Como percentual, de acordo com o grau de infração disposto na tabela abaixo, incidente sobre o valor mensal do contrato vigente, na data da ocorrência do fato:

GRAU	PERCENTUAL
1	0,5%
2	1,0%
3	2,0%
4	3,0%
5	4,0%

INFRAÇÕES	GRAU
Deixar de fornecer a relação nominal dos empregados em serviço, por vez de ocorrência.	1
Deixar de observar as determinações da Contratante quanto à permanência e	1



circulação de seus empregados nos prédios, por vez de ocorrência.	
Deixar de reparar ou substituir, no prazo estabelecido, equipamento danificado, por equipamento e por dia.	1
Deixar de atender solicitação formal realizada pela Contratante, por solicitação.	1
Deixar de cumprir as demais exigências do contrato não previstas nesta tabela de multas, por item por ocorrência.	1
Manter em serviço número de empregados inferior ao contratado, e especificado em Ordem de Serviço (OS), por empregado e por dia.	1
Deixar de identificar os equipamentos, ferramentas e utensílios de sua propriedade de forma a não serem confundidos com similares de propriedade do Contratante, por ocorrência.	1
Deixar de substituir empregado que se apresentar sem uniforme e seus complementos, por empregado e por dia.	2
Deixar de apresentar registro de frequência de seus empregados, quando solicitado pelo órgão fiscalizador, por dia.	2
Deixar de cumprir a orientação do órgão fiscalizador quanto à execução dos serviços, por ocorrência.	2
Deixar de comunicar, por escrito, ao Contratante, imediatamente após o fato, qualquer anormalidade ocorrida nos serviços, por fato ocorrido.	3
Permitir que o empregado se apresente com uniforme sujo, rasgado ou em condições inadequadas, por ocorrência.	3
Atraso na documentação exigida no contrato, por ocorrência.	3
Deixar de fornecer uniforme e seus complementos, aos seus empregados, por empregado e por dia.	4
Deixar de fornecer, manter em perfeitas condições de uso e/ou substituir quando necessário, os equipamentos, ferramentas e utensílios necessários a execução dos serviços, por ocorrência.	4
Descontar, indevidamente, do salário dos seus empregados o custo do uniforme, calçado e equipamento de proteção individual, por empregado.	4
Interromper a realização dos serviços, por dia de paralisação.	5
Não recolher o FGTS e/ou as contribuições sociais previdenciárias, por dia de atraso.	5
Atrasar ou não efetuar o pagamento dos salários ou acréscimos salariais decorrentes de lei, contrato ou dissídio, por dia de atraso.	5
Não fornecer vale transporte e/ou auxílio alimentação a seus empregados, por dia de atraso.	5
Deixar de cumprir demais obrigações trabalhistas, por dia.	5
Deixar de apresentar a Garantia Contratual, por dia.	5

12.1.3. SUSPENSÃO TEMPORÁRIA de participação em licitação e **IMPEDIMENTO DE CONTRATAR** com a Administração Pública, pelo prazo não superior a **05 (cinco) anos**;

12.1.4. DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE para licitar ou contratar com a Administração pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a

[Handwritten signatures and initials in blue ink]



reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, concedida quando a Contratada ressarcir à Administração, pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

12.2. Caso haja recusa na execução dos serviços ou os mesmos forem realizados fora do avençado, poderá o Contratante, após oficial para que se regularize a situação no prazo de **05 (cinco) dias úteis**, providenciar para que o mesmo seja efetivado por terceiro, às expensas da Contratada.

12.3. Não havendo mais interesse do Contratante na execução do objeto, total ou parcialmente, em razão do descumprimento, por parte da Contratada de qualquer das condições avençadas, poderá ser aplicada a multa compensatória de **20% (vinte por cento)** sobre o valor global para **12 (doze) meses** da contratação, nos termos do inciso II do art. 87 da Lei nº 8.666/1993.

12.4. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF e, no caso de suspensão de licitar, o licitante deverá ser descredenciado por igual período, sem prejuízo das multas previstas no Edital e das demais cominações legais.

12.5. O disposto nos itens anteriores não prejudicará a aplicação de outras penalidades a que esteja sujeita a Contratada, nos termos dos artigos 87 e 88 da Lei nº 8.666/1993, e nas disposições da Lei nº 10.520/2002.

12.6. As penalidades previstas poderão ser relevadas ou atenuadas pela autoridade competente mediante aplicação do Princípio da Proporcionalidade em razão de circunstâncias fundamentadas em fatos devidamente comprovados.

12.7. Caso o valor da multa não seja recolhido nos termos estabelecidos pelo Contratante, no prazo de até **05 (cinco) dias úteis** a contar da data da intimação para o pagamento, a importância será descontada da garantia prestada ou dos pagamentos mensais a que fizer jus a contratada ou ajuizada a dívida, consoante o § 3º do art. 86 e § 1º do art. 87 da Lei nº 8.666/1993, acrescida de juros moratórios de **1,0% (um por cento)** ao mês.

12.8. Se a Contratada ensejar o retardamento da execução do certame, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, ficará impedida de licitar e contratar com a Administração, pelo prazo de até cinco anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

12.9. Consoante o art. 45 da Lei nº 9.784/99, o IFAL, sem a prévia manifestação do interessado, motivadamente, adotará providências acauteladoras, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – RESCISÃO

13.1. O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666/93, com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das



sanções previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

13.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à Contratada o direito à prévia e ampla defesa.

13.3. A Contratada reconhece os direitos do Contratante em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666/93.

13.4. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

13.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.4.3. Indenizações e multas.

13.5. O Contratante poderá rescindir o contrato, de pleno direito, independentemente de notificação judicial, sem que assista à Contratada o direito a qualquer indenização, nos casos e formas fixados na Instrução Normativa SLTI/MPOG Nº 2, de 30 de Abril de 2008, na Lei Nº 10.520/2002, pelo Decreto Nº 5.450/2005 e subsidiariamente pela Lei Nº 8.666/1993.

13.6. São casos passíveis de Rescisão Contratual:

13.6.1. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias na apresentação de garantia de execução do contrato, conforme dispõem os incisos I e II do art. 78 da Lei nº 8.666/1993 e Art. 19, Inciso XIX, alínea "f", da Instrução Normativa SLTI/MPOG Nº 2, de 30 de Abril de 2008;

13.6.2. Cometimento de falta grave, compreendida como falha na execução do contrato, referente ao não recolhimento do FGTS dos empregados e das contribuições sociais previdenciárias, bem como o não pagamento do salário, do vale-transporte e do auxílio alimentação, sem prejuízo da aplicação de sanção pecuniária e da declaração de impedimento para licitar e contratar com a União, nos termos do art. 7º da Lei 10.520/2002 e do Art. 19, Inciso XXVI, da Instrução Normativa SLTI/MPOG Nº 2, de 30 de Abril de 2008.

13.6.3. O descumprimento total ou parcial das responsabilidades assumidas pela contratada, sobretudo quanto às obrigações e encargos sociais e trabalhistas, conforme Art. 34, § 4º, da Instrução Normativa SLTI/MPOG Nº 2, de 30 de Abril de 2008;

13.6.4. O descumprimento das obrigações trabalhistas ou a não manutenção das condições de habilitação, sem prejuízo das demais sanções, nos termos do Art. 34-A da Instrução Normativa SLTI/MPOG Nº 2, de 30 de Abril de 2008.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – VEDAÇÕES

14.1. É vedado à Contratada:

14.1.1. Caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira;

14.1.2. Interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte do Contratante, salvo nos casos previstos em lei.

14.1.3. Subcontratar total ou parcialmente o objeto deste Contrato.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES



15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.2. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite legal de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – VEDAÇÃO AO NEPOTISMO

16.1. É vedada, no âmbito do IFAL, a prestação de serviços por familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança por intermédio da contratação de empresa prestadora de serviço terceirizado, nos termos do art. 7º do Decreto nº 7.203/2010.

16.2. Aplicam-se ao presente contrato, no que couber, as demais disposições normativas do Decreto nº 7.203/2010, que trata da vedação do nepotismo no âmbito da administração pública federal.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá ao Contratante providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial da União, no prazo previsto na Lei nº 8.666/93.

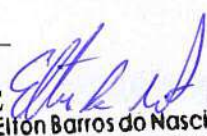
18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO

18.1. O Foro para solucionar os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato será o da Seção Judiciária de Alagoas – Justiça Federal (Sede – Maceió).

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em 3 (três) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes.

Maceió(AL), 23 de SETEMBRO de 2016.


Sérgio Teixeira Costa
Representante do CONTRATANTE


Elton Barros do Nascimento
Reitor Substituto
IFAL


Paulo Marne Cavalcanti Lima
Representante da CONTRATADA

Testemunhas:

Nome: Daniel Beltrão Sousa CPF: 010.727.704-23

Nome: Shadana de Oliveira CPF: 077.115.244-20

AUTORIZAÇÃO PARA A UTILIZAÇÃO DA GARANTIA E DE PAGAMENTO
DIRETO (ARTS. 19-A E 35 DA IN SLTI/MPOG Nº 2, DE 2008)

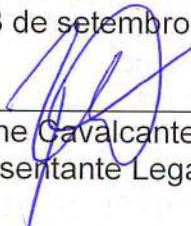


AUTORIZAÇÃO COMPLEMENTAR AO CONTRATO Nº 41/2016/REITORIA

BRA SERVIÇOS TÉCNICOS EIRELI, inscrita no CNPJ Nº 08.328.682/0001-78, por intermédio de seu representante legal, o Sr. Paulo Marne Cavalcanti Lima, portador da Cédula de Identidade RG Nº 1703856 SSP/AL e do CPF Nº 010.334.644-90, AUTORIZA, para os fins dos artigos 19-A e 35 da Instrução Normativa Nº 02, de 30/04/2008, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, e dos dispositivos correspondentes do Edital:

- 1) que os valores relativos aos salários e demais verbas trabalhistas devidos aos trabalhadores alocados na execução do contrato sejam descontados da fatura e pagos diretamente aos trabalhadores, quando houver falha no cumprimento dessas obrigações por parte da CONTRATADA, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis, conforme o artigo 19-A, inciso V, da Instrução Normativa SLTI/MPOG Nº 2/2008;
- 2) que os valores provisionados para o pagamento de férias, 13º salário e rescisão contratual dos trabalhadores alocados na execução do contrato sejam destacados do valor mensal e depositados em conta-corrente vinculada, bloqueada para movimentação e aberta em nome da empresa junto a instituição bancária oficial, conforme o artigo 19-A, inciso I, e Anexo VII, da Instrução Normativa SLTI/MPOG Nº 2/2008;
- 3) que o CONTRATANTE utilize o valor da garantia prestada para realizar o pagamento direto das verbas rescisórias aos trabalhadores alocados na execução do contrato, caso a CONTRATADA não efetue tais pagamentos até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual, conforme artigos 19, XIX, e 35, da Instrução Normativa SLTI/MPOG Nº 2/2008.

Maceió/AL, 23 de setembro de 2016.



Paulo Marne Cavalcante Lima
Representante Legal